

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAFAEL DE ALMEIDA PENA

DOUTRINA BUSH:

houve legitimidade na guerra contra o terrorismo?

Rio de Janeiro

2019

CC RAFAEL DE ALMEIDA PENA

DOUTRINA BUSH:

houve legitimidade na guerra contra o Terrorismo?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Claudio Muniz Jobim

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2019

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Thays por todo apoio e atenção que tornou possível a concretização dessa dissertação.

Aos Oficiais e Praças da Escola de Guerra Naval que ajudaram nos subsídios essenciais para a pesquisa e confecção.

Ao meu orientador CMG (RM1) Claudio Muniz Jobim pela contribuição essencial, que muito enriqueceu esse trabalho acadêmico, além da grande paciência e empatia.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de legitimação da Doutrina Bush. Implementada pelo presidente norte-americano George W. Bush no terceiro ano de seu primeiro mandato, tinha como foco maior a ideia de uma guerra entre os Estados Unidos da América (EUA) e as organizações terroristas de atuação internacional, além dos Estados que de alguma forma apoiassem estas organizações. O fato motivador da criação dessa doutrina foram os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, que transformaram o cenário sócio-político internacional e exigiram que os EUA assumissem uma nova postura. No cenário mundial do início do século XXI, havia uma grande superioridade militar econômica dos EUA perante os demais Estados, que influenciava nas ações do Órgão Internacional, isso orientaria as ações dos Estados no campo das relações internacionais. Dessa forma, foi selecionado como objeto desse trabalho o propósito de buscar a resposta do seguinte questionamento: houve legitimidade na Guerra ao terrorismo da Doutrina Bush? Para tal, foi realizada uma busca bibliográfica sobre as ações do Presidente Bush, conduzindo uma pesquisa investigativa, analisando dados das relações políticas e econômicas do governo do Bush e também o cenário político que o antecedeu. Diante dos resultados auferidos, pode-se concluir que objetivos pessoais foram colocados com maior prioridade do que os objetivos do Estado, apresentando como pano de fundo a Doutrina Bush.

**Palavras-chave:** Doutrina Bush; Legitimidade; Terrorismo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2</b>	<b>TERRORISMO</b> .....	7
2.1	Terrorismo de Matriz Fundamentalista Islâmica.....	10
2.2	A Al-Qaeda de Osama bin Laden.....	14
<b>3</b>	<b>ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O TERROR INTERNACIONAL</b> ....	18
3.1	Objetivos de Guerra dos EUA.....	24
<b>4</b>	<b>A GUERRA AO TERROR</b> .....	27
4.1	Fatos antecedentes à Doutrina Bush.....	32
4.2	Doutrina Bush.....	33
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	40
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende apresentar as questões envolvidas na escolha de uma estratégia político-militar internacional no governo de George W. Bush, de 2001 a 2009 denominada como Doutrina Bush<sup>1</sup>. Além de apresentar consequências nos âmbitos interno e externo dos EUA, as quais ocasionaram uma grande mudança na agenda internacional. Na fase de obtenção de dados necessários à confecção dessa dissertação, foi utilizada a pesquisa bibliográfica através da leitura analítica, seleção de bibliografia, interpretação de dados, fontes, meios digitais e análises comparativas.

Pautamos a pesquisa na teoria do Realismo Ofensivo, baseada na argumentação teórica de John Mearsheimer. Teoria esta que seria uma variável do realismo político, e que tem como argumento máximo a sobrevivência do Estado, assunto que pretendemos aprofundar adiante. Ao analisarmos a Doutrina Bush, verificamos as origens da necessidade de implementação dos diversos objetivos dessa doutrina, além de observar as questões legais e éticas desses mesmos objetivos. Tal fato já adiantamos ser um dos grandes focos das pesquisas realizadas, pois o que está em cheque é a legitimidade ou não do propósito da doutrina. A questão norteadora é: se realmente a Doutrina Bush propunha-se a alcançar a vitória sob a ameaça do terror em todo o contexto mundial e por isso buscava o apoio da comunidade internacional; ou se há por trás desse novo objeto doutrinário alguma vertente de manipulação para objetivos unilaterais, ou até pessoais. À vista disso, está posto em verificação a legitimidade da Doutrina Bush, que encontrou como ponto de partida os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

O terror parece encontrar condições favoráveis nos anos 1980 e 1990. Neste período as lembranças de duas grandes guerras mundiais ainda eram vívidas, as quais produziram

---

<sup>1</sup> Doutrina Bush foi um termo utilizado para descrever uma série de princípios relacionados à política externa do ex-presidente dos EUA Unidos, George W. Bush.

maiores consequências no teatro de operações europeu. Isso ocasionou uma alteração na percepção das memórias das guerras convencionais que ocorriam no passado, uma vez que nas grandes guerras mundiais, o objetivo maior era o aumento de poder entre os Estados no sistema internacional.

Um fator determinante na mudança do quadro foi a divulgação, por veículos de comunicação modernos, do sofrimento de um modo como nunca visto antes na história, tornando a banalização dos atos de guerra um sentimento comum a todos. Ainda no final do século XX, com essa percepção que a opinião pública e as mídias divulgavam, é percebido um profundo sentimento de que as frentes de batalha não são mais claras e constantes. Eles espalham-se nos vários recantos da vida cotidiana de cada indivíduo, tornando-se mais concreto nos pensamentos dos cidadãos.

A luta pelo poder acompanha o ser humano há tempos, uma alcançado o seu objeto de desejo, ele busca a todo custo mantê-lo, ideia perigosa para aqueles que visam governar em prol da população. Governar um Estado significa exercer o poder e as intenções daquele Estado, estabelecendo, dentre várias articulações de poder: o econômico, o militar, e o principal, o poder político. Por conseguinte, o exercício desses poderes influencia diretamente o comportamento dos indivíduos, desenvolvendo uma forma de vigilância e controle.

Para Michael Foucault, a população não é apenas uma massa de manobra do soberano. Possuidora de necessidades, sabe o que quer, mas não tem consciência em relação ao que quer que seja feito: “o interesse individual — como consciência de cada indivíduo constituinte da população — e o interesse geral — como interesse da população” (1979, p. 170). Quando se realiza políticas públicas que aparentam estarem alinhadas aos interesses da população a fim de satisfazê-la, pode tornar-se mais fácil articular essa mesma política pública em prol de interesses próprios, muitas vezes até lançando mão de manipulação para garantir a sua sustentabilidade.

A fim de atender ao propósito da presente dissertação, a abordagem será dividida em três partes. O primeiro capítulo aborda a conceitualização do terrorismo, a sua matriz fundamentalista islâmica e a criação da organização terrorista Al-Qaeda e seu criador, Osama bin Laden. Já o segundo capítulo apresenta a relação entre os EUA e o terror internacional. Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre a guerra ao terror. Pautada na Doutrina Bush.

Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão capital para o desenvolvimento da pesquisa proposta: à luz dos indicadores das pesquisas, podemos afirmar que houve legitimidade na Doutrina Bush? Compreendemos como legitimidade a qualidade de uma norma ou de um governo estar coerente com a sua razão, mandato legal e justiça a qualquer ética mandatária. Em outras palavras, a legitimidade é o critério utilizado para averiguar se determinada norma adequa-se ao sistema humano racional e lógico ao qual se alega ser integrante. Partiremos da hipótese de que para ser legítima a proposta da referida doutrina, é necessário que os atos políticos dos governantes dos EUA no período de sua execução estejam alinhados temporalmente com a lógica ética e racional ao combater o terrorismo em prol do sistema internacional em sua totalidade.



## 2 TERRORISMO

A tentativa de uma definição fechada e uniformizada do termo terrorismo é problemática. A dificuldade é compreensível ao se constatar que a definição desse termo já teve seu significado muitas vezes modificado ao longo da história. David J. Whittaker, na obra *Terrorismo um Retrato* (2005, p. 18), demonstrou isso num breve resumo editorial para esclarecimento. Segue abaixo as diferentes definições que o termo terrorismo pode ter:

— O uso ilegal da força ou contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, uma população civil, ou qualquer segmento dela, em apoio a objetivos políticos ou sociais (Federal Bureau of Investigation - FBI).

— O calculado uso da violência ou da ameaça de sua utilização para inculcar medo, com a intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades, a fim de conseguir objetivos, geralmente políticos, religiosos ou ideológicos (Departamento de Defesa dos EUA).

— Violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência (Departamento de Estados dos EUA).

— O uso da ameaça, como propósito de avançar uma causa política, religiosa ou ideológica, de ação que envolve violência séria contra qualquer pessoa ou propriedade (Governo do Reino Unido).

— Uma estratégia de violência concebida para promover resultados desejados pela instilação do medo no público em geral (Walter Reich).

— [O terrorismo internacional é] a ameaça ou uso da violência com propósitos políticos, quando (1) tal ação tenciona influenciar a atitude e o comportamento de um público-alvo mais amplo que é a sua vítima imediata, e (2) suas ramificações transcendem as fronteiras nacionais (Peter Saderberg) (WHITTAKER, 2005, p. 18-19).

Nessa lista verificamos a variedade de significados desse termo, visto que não foi mencionado o quanto ele variou com o tempo. Segundo Leandro Carvalho, ao escrever sobre o terrorismo no site *Brasil Escola*, os atentados terroristas datam do século I d. C., quando judeus radicais, os sicários (homens de punhal), atacam cidadãos que eram a favor do domínio romano. Outros indícios confirmam as origens remotas do terrorismo a partir de uma seita mulçumana, no fim século XI d. C., no Oriente Médio, para exterminar os inimigos.

Com foco na política brasileira, de acordo com o artigo publicado no site do Ministério da Defesa no dia 09 de setembro 2015, o analista do Senado Federal, Marcus Vinícius Reis explana que o terrorismo vai além de um crime: “É um ato político”, ele afirma que a questão “é muito mais do que um homicídio”. Reis ainda defendeu a organização das Forças Armadas no combate para essa de situação: “mesmo não sendo de competência das Forças, o terrorismo pode atentar contra a soberania nacional. Então, os militares, assim como os policiais, têm que estar equipados para isso. Não podemos pecar pela inocência”. Ele reitera que o terrorismo tenha uma resistência para ser percebido no cenário nacional. Pois, os problemas mais notados são com relação ao tráfico de armamento, drogas e o contrabando, os quais têm mais impacto no setor de segurança do que um possível ataque terrorista.

O terrorismo é frequentemente lembrado apenas em grandes eventos internacionais que ocorrem no território nacional, por exemplo, nas Olimpíadas que ocorreram em 2016, na cidade do Rio de Janeiro. No site do Ministério da Defesa, há uma entrevista realizada no dia 01 de agosto de 2016, com o então Ministro da Defesa Raul Jungmann afirmando que o mundo deve saber conviver com a possibilidade do terrorismo, e o Brasil, mesmo apresentando um baixo risco de ataques desse tipo, tem relação com os serviços de inteligência internacionais para garantir a segurança dos jogos.

Voltando para o cenário mundial, é verificado que durante a Revolução Francesa<sup>2</sup>, os “atos de terrorismo eram patrocinados pelo próprio estado” (MINGST, 2009, p. 213). A Revolução Francesa é reconhecida por alguns historiadores como um grande marco no terrorismo, pois por seu intermédio “o poder revolucionário derrubou as estruturas do antigo regime, estruturado nos privilégios da nobreza, do clero e de uma monarquia absolutista” (SUTTI; RICARDO, 2003, p. 103). Como seria ver o “terror” sob uma ótica benéfica? Por meio de referências dos historiadores clássicos da Revolução: Lefebvre e Soboul, e alguns

---

<sup>2</sup> Revolução Francesa, ciclo revolucionário que aconteceu entre 1789 e 1799, foi responsável pelo fim dos privilégios da aristocracia e pelo término do Antigo Regime. A Queda da Bastilha aconteceu em 14 de julho de 1789 e foi o marco que espalhou a revolução pela França.

discursos do mais famoso Jacobino<sup>3</sup>, Maximilien Robespierre. Analisaremos o contexto histórico de excepcionalidade que estruturou aquele conjunto de práticas, desdobrando-se em um processo muito específico e relevante na história mundial.

Portanto, tentamos mostrar que há diversas concepções de terrorismo, as quais afetam a maneira que os governos dos Estados definem os seus interesses. Para David J. Whittaker (2005), aquilo que uma organização utiliza como ferramenta para alcançar os seus objetivos, provavelmente irá definir as suas atividades e os caminhos conflituosos realizados para chegar ao *status* e reconhecimento político. Ao projetarmos o terrorismo para causar repercussões maiores do que a dor nas vítimas ou a destruição dos alvos imediatos do ataque terrorista, verifica-se a pretensão de instalar o medo. Consequentemente, há a pretensão também de intimidar um público alvo mais amplo, o qual pode incluir um rival étnico ou grupo religioso, partido político, um governo ou até mesmo todo um Estado.

O terrorismo pode ser articulado para gerar poder onde não há ou para consolidá-lo onde ele é fraco. Segundo Mônica Herz e Arthur Bernardes do Amaral (2010), com a publicidade gerada pela violência, os terroristas buscam obter a alavancagem, o poder e influência de que carecem para efetivar mudanças políticas a seu favor. Ele pode ser reduzido, mas não eliminado, pois infelizmente um grupo com um pequeno número de pessoas com recursos simples, pode criar problemas enormes.

## **2.1 TERRORISMO DE MATRIZ FUNDAMENTALISTA ISLÂMICA**

Conforme Boff (2002), a primeira vez que o termo fundamentalismo foi usado foi em 1915, com origem no protestantismo norte-americano. Tinha como proposta um cristianismo rigoroso e contrário à modernização daquela época, incluindo a de liberdade de opiniões. Era a percepção da fé cristã ao extremo, pois os seus integrantes entendem que o seu conteúdo

---

<sup>3</sup> Jacobino membro de uma sociedade política revolucionária, *Le club des Jacobins*, fundada em Paris em 1789, defendendo um ideário democrático exacerbado.

religioso é verdadeiro e sem erros. Seu relacionamento é intolerante com as demais formas de manifestações religiosas diferentes, por entender que estas sim estão fundadas em inverdades. Para Shareen Gokal e Sandra Dughman Manzur (2013), os movimentos fundamentalistas fazem interpretações muito rígidas de sua religião, dividindo todos em dois lados: os que estão certos e os errados. Suas posições morais são tidas como verdades objetivas.

Como resultado, muito religiosos começam a compreender que apenas os seus valores são a única possibilidade de crença e de ação, enquanto aquilo que é diferente deve ser evitado. Essa ideia propicia discursos discriminatórios podendo evoluir para atitudes de ódio. Ainda conforme Gokal e Manzur (2013), a presença da intolerância de qualquer diversidade e pluralidade é uma característica dos movimentos fundamentalistas. Em virtude da sua natureza coercitiva perigosa, eles entendem que são os únicos possuidores do entendimento de mundo e que essa é a única “verdade”. Suas atitudes são coercitivas para alcançarem a pureza interna e uma intolerância a tudo aquilo que eles entendem não corresponder às suas exigências, interpretando como uma perigosa oposição.

O Islamismo é uma religião monoteísta, ou seja, que acredita em um único Deus. É baseada nos ensinamentos de Muhammad, ou Mohammed, o que os ocidentais denominam Maomé. Segundo Sousa (2019), Maomé nasceu no ano de 570 d.C., na cidade de Meca<sup>4</sup>, aos quarenta anos iniciou sua pregação na região que hoje seria a Arábia Saudita. O significado da palavra “islã” é algo como “se submeter”, sendo assim, deve-se devoção e obediência à lei e aos ensinamentos de Alá (Allah, Deus na língua em árabe). Seus seguidores são os muçulmanos (Muslim, em árabe), aquele que acredita no Islã e se submete a Deus. O livro sagrado do Islamismo é o Alcorão<sup>5</sup>, também denominado Corão, que é uma coletânea de

---

<sup>4</sup> Cidade da Arábia Saudita considerada a mais sagrada no mundo para os muçulmanos, situada na província homônima. A tradição islâmica atribui sua fundação aos descendentes de Ismael. No século VII, o profeta islâmico Maomé proclamou o Islã na cidade que era, então, um importante centro comercial.

<sup>5</sup> Alcorão, ou Corão: o livro mais sagrado do islamismo, significa “recitação” em árabe, e ele está entre os volumes mais publicados e lidos do mundo. Os seguidores do islamismo acreditam que o Alcorão transcreve a palavra literal de Allah, que foi revelada ao Profeta Maomé.

revelações recebidas por Maomé, entre os anos de 610 a 632. Seus aprendizados mais importantes falam sobre ser bom, generoso, faltam também sobre a onipotência de Deus, justiça nas relações entre os povos. Com a morte de Maomé o islamismo foi ramificado, aparecendo divisões em vertentes com características bem diferentes. As vertentes do Islamismo que possuem maior quantidade de seguidores são a dos sunitas (maioria) e a dos xiitas. Xiita significa “partidário de Ali” — Ali Abu Talib, califa (soberano muçulmano) que se casou com Fátima, filha de Maomé, e acabou assassinado. Sunitas defenderam o califado de Abu Bakr, um dos primeiros convertidos ao Islã e discípulo de Maomé.

Consoante Rainer Gonçalves Souza (2019), para os xiitas quem deve conduzir o Estado muçulmano é alguém descendente de Maomé ou com algum vínculo de parentesco com ele, pois só estes teriam a capacidade de tomar as decisões políticas mais sensatas. Aceitam somente o Alcorão como fonte sagrada de ensinamentos religiosos. Na condição de minoria, os xiitas acreditam que a vida ascética e a adoção de princípios mais rígidos garantiriam o retorno de Mahdi, o último descendente direto, que seria responsável pelo retorno de um governo mais justo e próspero.

Rainer Gonçalves Souza (2019) ainda explana que outro grupo são os sunitas — assim chamados por seguirem a Suna<sup>6</sup>, livro biográfico de Maomé. Os sunitas hoje representam mais de noventa por cento da população muçulmana no mundo. têm uma ação política e religiosa mais conciliatória e pragmática. Preocupados com questões que extrapolam o campo da religiosidade, os sunitas empreendem uma interpretação mais flexível dos textos sagrados, estabelecendo assim um maior diálogo com outros povos e adaptando suas crenças com o passar do tempo. Acreditam que os livros sagrados (Alcorão e Suna) e a discussão entre os irmãos sejam suficientes para a promoção de um bom governo.

---

<sup>6</sup> O Alcorão para os muçulmanos é a palavra de Alá (Deus), e a Suna passa a ser os meios pelo que o profeta Maomé aplicou e ensinou o Islã, para e com seus companheiros, sendo estas informações compiladas e armazenadas em muitos livros.

Rinaldo Barros (2016, p. 1) diz que “o islamismo já nasceu fundamentalista e expansionista”, e explica algumas as possíveis origens de um terrorismo religioso. Barros (2016) afirma que a crença islâmica se fundamenta na revelação do livro Alcorão, que o próprio Maomé disse ter sido inspirado por Deus entre 578-632 DC. Em várias das suras (capítulos) do Alcorão lê-se passagens que colocam como uma obrigação subjugar os “infiéis”, “persegui-los”, “fazer-lhes guerra santa — Jihad” (BARROS, 2016, p. 1). O Islã obteve conquistas e expansão pela força mais do que algumas nações cristãs conquistaram pela pregação, compreendendo-se assim que o Islamismo já nasce voltado para expandir-se a todo custo, fazendo isso parte da sua identidade. “Os muçulmanos fundamentalistas, por sua vez, são aqueles que concordam em matar os chamados infiéis, através da jihad e em nome da defesa dos princípios do islão” (SUTTI; RICARDO, 2003, p. 105). Acreditamos que o islamismo é igual a quaisquer outras religiões, com o objetivo de ligar novamente o ser humano ao seu criador, mas há quem utilize alguma religião para o mal.

De acordo com Paulo Ricardo Sutti (2003), o fundamentalismo islâmico sempre esteve em conflito com outras religiões. Até o início do século XX, havia o domínio europeu no oriente médio, dessa forma, a própria denominação de “oriente” é eurocêntrica. No século XX, as potências ocidentais não controlavam mais os povos islâmicos, assim, os muçulmanos julgaram ter um lugar reservado no mundo e decidiram lutar para o conquistar esse espaço. A doutrina islã tem como ideal a unidade mundial dos muçulmanos, união também nos ensinamentos do profeta Maomé, nos quais os califas seriam os sucessores desse profeta e detinham poderes políticos, religiosos e militares. Há motivações para os fundamentalistas islâmicos, porém, a maioria dos islamitas possuem as seguintes ideias comuns: purificar e renovar a vida islâmica para solucionar problemas da sociedade; restaurar as riquezas materiais do islão e acreditar que esses objetivos seriam alcançados através do modo de vida original islâmico, conforme o exemplo do Profeta e do regresso aos textos sagrados.

Nota-se que após o 11 de setembro, qualquer ato terrorismo era associado ao Islã. Isto é, os estereótipos islâmicos são atrelados a Osama bin Laden<sup>7</sup> e considerados suspeitos, por exemplo, um indivíduo de barba usando uma cafia<sup>8</sup> em um aeroporto torna-se um terrorista em potencial. Instalando-se uma aura de medo e de preconceito em praticamente todos os Estados do mundo, principalmente nos EUA.

## 2.2 A AL-QAEDA DE OSAMA BIN LADEN

Em 1957, nasce o filho do saudita Mohammed bin Laden, receberia o nome Usamah Bin Muhammad Bin Àwad Bin Landi, posteriormente conhecido por Osama bin Laden. Rainer Souza (2019) declara que Osama teve uma infância com ausência constante da mãe, o pai exigia uma educação voltada para a formação de homens determinados. Bin Laden perdeu o pai aos 10 anos de idade e foi obrigado a viver com uma mãe que pouco conhecia. No início dos anos de 1970, foi mandado para o Líbano para completar o ensino médio.

Nos cursos religiosos que realizou conheceu o professor Abdullah Azzam, um dos mentores da organização terrorista Al-Qaeda, que apresentou seu aluno a líderes muçulmanos que eram contra a invasão soviética ao Afeganistão. Ao ver o fervor religioso daqueles que se empenhavam contra a ação comunista, Osama bin Laden convenceu-se de que deveria participar ativamente da guerrilha religiosa muçulmana. Na década de 1980, o milionário saudita Osama bin Laden, com apoio dos EUA e da Arábia Saudita, inicia um recrutamento para arrecadar fundos para uma *Jihad*<sup>9</sup> para se opor aos soviéticos no

---

<sup>7</sup> Osama bin Laden, líder da organização terrorista Al-Qaeda na época do ataque às torres gêmeas. Morto pelo exército norte-americano no dia 2 de maio de 2011.

<sup>8</sup> Traje comum no Oriente Médio, que consiste em um pano quadrado preso por uma tira chamada egal (também agal, igal ou ogal). Sua origem remonta aos beduínos, que a utilizavam como máscara protetora contra tempestades de areia. A cor da cafia e da tira que a prende indicam o Estado e a região em que a pessoa nasceu.

<sup>9</sup> Dever religioso dos muçulmanos de defender o Islã através de luta pode ser cumprido de quatro formas: pelo coração, purificando-se espiritualmente na luta contra o diabo; pela língua e pelas mãos, difundindo palavras e comportamentos que defendam o que é bom e corrijam o errado; ou pela espada, praticando a guerra física.

Afeganistão, recrutamento este de apelo religioso de cunho sunita. As ações de bin Laden agem como reflexos indiretos da Guerra Fria, ocorrida de 1947 a 1991.

De acordo com Martha Crenshaw (2010), os recursos para o desenvolvimento da Al-Qaeda foram financiados por outras partes além da fortuna de bin Laden. Uma vez que o governo saudita teria patrocinado os *mujahidin* árabes, assim também outros indivíduos e instituições de caridade deram grandes quantias para a organização. Bin Laden também era ligado à Ayman al-Zawahiri, da organização Jihad Islâmica Egípcia, formada para derrubar o governo do Egito, e futuramente essa organização iria se juntar a Al-Qaeda. Dessa forma, ele foi aumentando a sua influência, quando por fim a Al-Qaeda foi formando bases no Sudão, Paquistão e Afeganistão, espaços cruciais que essa organização poderia agir. Essa organização terrorista mostrou seu poder em 11 de setembro de 2001, com os ataques às Torres Gêmeas. Demonstrou estar motivada a punir os EUA por apoiarem Israel e outros governos do Médio Oriente, instalar regimes islâmicos naquela área e propagar a insurreições islâmicas na Ásia.

Bin Laden evoluiu o terrorismo islâmico com conseqüências que a comunidade internacional não pode prever. O movimento islamita radical transnacional, “a Al-Qaeda, planeja aumentar as redes por diversos Estados, provando que o terrorismo islâmico se espalha por todo o globo e que nenhum Estado poderá afirmar que lhe está imune” (VEGAR, 2008, p. 202). Por isso, nenhum dos interesses ocidentais está a salvo e livre dos atentados da Al-Qaeda. Suas ações têm provocado o controle de áreas críticas e fontes de matérias-primas, geopolítica e estrategicamente dominantes.

De acordo com Adriana e Mauro Bellintani (2010), o autor Florian Hoffmann declara que essas ideologias foram evoluindo, culminando no dia 11 de setembro de 2001, quando dezenove homens de diferentes nacionalidades realizaram o ato terrorista que teria como uma das conseqüências a queda das torres gêmeas. Este atentado somado à subsequente guerra ao terror iria representar uma ruptura com a época que veio depois da Guerra Fria, iniciando um



paradigma nas relações dos EUA. Assim, especialmente na segurança desse Estado, direta e indiretamente, esses atentados colocariam a segurança no centro das preocupações e os direitos humanos na posição de defensiva.

Quais eram os objetivos de bin Laden? Segundo Mônica Herz e Arthur Bernardes (2010, p. 181), houve três pontos cruciais, percebidos a partir de declarações públicas de bin Laden. O primeiro, aparentemente o principal, seria a retirada das forças armadas dos EUA da Arábia Saudita. O segundo ponto é o desejo de unificar o povo sob a lei divina de Alá. Este objetivo é menos claro, mas apresentado quando bin Laden diz que “o povo do Islã deve unir forças e apoiar uns aos outros para se livrar do *Kufr*, que está controlando os Estados do mundo islâmico”. E o terceiro objetivo seria a derrubada do regime saudita, pois a família real saudita, segundo ele, teria perdido a sua legitimidade.

Belmiro Alves (2010) aponta que para alcançar seus objetivos, as atitudes de bin Laden cumprem as seguintes finalidades: recompor o espaço geopolítico, ideológico e histórico que a Europa, e os EUA tiraram do Islão; expandir e defender a doutrina islâmica nesse espaço; orientar os seguidores do Corão como fonte eterna de ensinamentos e de espírito de união e coesão entre todos os muçulmanos. Bin Laden usava o Alcorão como guia, o que o transformou em herói do mundo islâmico, na qual a Al-Qaeda torna-se uma luta com êxito e com poder influenciador em grupos terroristas no mundo. Manuel da Silva (2005) afirma que depois do 11 de setembro, grupos terroristas atacaram os EUA em nome de Alá nos seus órgãos vitais e que a sua guerra continuaria até à libertação dos lugares santos por parte dos norte-americanos e Judeus, desde a Palestina até o resto do mundo árabe.

Em 2002 Osama bin Laden declarou que “esta guerra está no princípio [...] não devemos esquecer que o caminho é longo e que os muçulmanos têm de o percorrer até ao dia do juízo final” (BURKE, 2007, p. 262). Radicais creem que só o uso da violência é o caminho para libertar o Islão dos infiéis, e recuperar o poder do califado, à vista disso, o terrorismo

internacional estende-se pelo século XXI. Além da extrema determinação pela propagação dos ensinamentos do islamismo pelo mundo há um outro fator que favorece esses grupos: a mídia que está cada vez mais globalizada. O que acarreta benefícios aos terroristas, pois de acordo com Peter Robert Demant (2010, p. 347), com o aumento da tecnologia dos meios de comunicação nas últimas décadas é fácil alcançar rapidamente todo o cenário mundial, e quanto mais propagarem seus atos, maior será o alcance da sensação de insegurança.

Com a multiplicação das imagens e mensagens de maneira pouco dispendiosa e de amplo alcance, atualmente o terrorismo pode utilizar a mídia como alavanca para provocar uma reação de medo em larga extensão. E a globalização tem grande responsabilidade pela velocidade e abrangência das informações e mensagens que os terroristas desejam passar:

Identificamos na globalização um conjunto de condições que viabiliza, ainda que não cause, uma reconfiguração das relações de forças internacionais — reconfiguração que se concretiza por novas formas de “luta assimétrica”. Mas essa análise descreve elementos que favorecem o novo terrorismo, ela é incompleta por não explicar sua causa, e em particular a preponderância religiosa nela (DEMANT, 2010, p. 351).

Peter Robert Demant diz que a Al-Qaeda nos anos 1980 já começava a beneficiar-se das tecnologias e facilidades que existiam. O momento em que o segundo avião colide, instantaneamente o mundo vê essas cenas de terror. Atualmente tudo está mais rápido e acentuado, atentados ocorridos em qualquer lugar surgem nas telas de alguma plataforma de informação. Hoje a mídia e a globalização somadas ao viés radical da religiosidade parecem fertilizarem o “legado” do terror deixado pela Al-Qaeda. Todo esse potencial da tecnologia acabou aumentando a porosidade das fronteiras, e foi nessa porosidade que os grupos terroristas atuaram. A consequência, conforme disse Spadano (2004), é percebido na diminuição das distâncias entre as áreas mais isoladas das sociedades, potencializando assim o acesso dos agentes de atos maliciosos, e logo das organizações terroristas.

### 3 EUA E O TERRORISMO INTERNACIONAL

A lembrança do dia 11 de setembro de 2001 gerou pânico ao redor do mundo, nós estávamos em uma séria situação, na qual algo precisava ser feito, ou seja, precisávamos fazer mudanças profundas urgentemente. Milan Rai destaca que “o presidente Bush e o primeiro-ministro Tony Blair invocaram as atrocidades perpetradas naquela data como justificativa para a guerra global ao terrorismo” (2003, p. 53). Em 2003 no Iraque, Bush e o primeiro-ministro britânico Tony Blair falam da necessidade de levar democracia e liberdade para o Iraque e Oriente Médio. O argumento da democracia é justificado na Doutrina Bush como legítima defesa preventiva.

Segundo Amaury Porto de Oliveira (2002/2003), após a segunda Guerra Mundial, os EUA haviam implantado a Pax Americana nas áreas do globo fora da influência da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS<sup>10</sup>). A Pax Americana é compreendida como a vitória dos EUA após esse conflito mundial, e posteriormente a supremacia do capitalismo sobre o socialismo após a queda do Muro de Berlim (1989) e o desfazimento da URSS. Deixando de existir a divisão do mundo em blocos econômicos: de um lado os capitalistas, liderados pelos Estados Unidos da América; do outro lado os socialistas, influenciados pelo regime da URSS. A Pax Americana tem a ótica da imposição de um cenário internacional unipolar com os EUA dominando todos os campos do poder na condição de líder mundial, e assim poderiam propagar pelo mundo seu modelo econômico-social.

Conforme Michael Byers (2007), em janeiro de 2001. Iniciaram-se os trabalhos para afastar Saddam Hussein do poder. Data que o presidente George W. Bush começou o seu primeiro mandato, meses antes dos atentados de 11 de setembro. Eram várias as razões para empreender um conflito armado. Dentre as quais podemos citar: a preocupação com a

---

<sup>10</sup> União criada em 1922, pelo líder da Revolução Bolchevique, Lenin. Era uma federação de várias repúblicas lideradas pela Rússia, reunindo inicialmente a Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão, instituindo pela primeira vez na História, um regime socialista.

instabilidade no Oriente Médio, o acesso ao petróleo do Iraque, a existência de armas de destruição em massa naquele Estado e uma motivação pessoal ligada à tentativa sem êxito do Saddam Hussein de assassinar o pai do presidente, o ex-presidente George H. W. Bush, em 1993 no Kuwait. Após dois meses dessa tentativa frustrada de assassinato utilizando um carro bomba, os EUA atacaram o quartel-general de inteligência iraquiano em Bagdá, alegando que possuía provas de envolvimento do Iraque naquela tentativa de assassinato.

Na ocasião a embaixadora norte-americana nas Nações Unidas, a Madeleine Albright, apresenta provas dessa tentativa ao Conselho de Segurança da ONU. A embaixadora alegava que o ato de atacar o então presidente norte-americano, seria equivalente ao ato de atacar os EUA. Sendo assim, essa reação norte-americana seria autorizada pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, o qual estabelece que nada naquela Carta prejudicará o direito de legítima defesa. Uma alegação inusitada, pois os EUA não tinham sido atacados de fato, apenas um cidadão, apesar de ser um cidadão comum. Além disso, o ataque norte-americano ocorreu dois meses após o atentado, não surtindo efeito de defesa, mas sim de caráter punitivo ao Iraque e visando impedir futuras conspirações. A Carta da ONU visa banir represálias armadas desde 1945, ainda assim os membros do Conselho de Segurança da ONU reagiram favoráveis aos EUA, alegando legítima defesa de uma ação fracassada.

A ampliação do direito de legítima defesa no período que se segue após o ataque terrorista extrapolou o que se pretendia superar. Os EUA pressionaram para que o direito à legítima defesa fosse ampliado, a fim de aumentar sua liberdade de agir e conseguir diminuir a autoridade das Nações Unidas. Essa é uma ferramenta atraente para alcançar o poder, simultaneamente os EUA dependem de aliados que respeitem as leis internacionais. “Sempre que o governo norte-americano pretende agir de encontro ao direito internacional em vigor, seus advogados tentam ativamente alterar as leis” (BYERS, 2007, p. 84). Por vezes, o governo norte-americano tem a necessidade de coação, flexibilidade e cumprimento da lei

pelos outros, para que possa criar e alterar as leis com maior conveniência para o seu próprio Estado.

A tentativa de conquistar apoio dos aliados em relação à posição jurídica dos EUA foi realizada após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, para obtenção de mudança jurídica em relação ao direito internacional. Os EUA possuíam argumentos e justificativas jurídicas para o emprego da força militar no Afeganistão, momento que o Estado centra numa única justificativa: o direito de legítima defesa contra o terrorismo. Dessa forma os EUA ampliam sua alegação de legítima defesa, assegurando a necessidade de agir contra o Estado Afegão, e mais tarde os EUA identificariam bin Laden e a Al-Qaeda como responsáveis pelos atentados, e, portanto, seus alvos.

A maioria dos Estados ficam preocupados como uma possível norma que pode expor a algum ataque caso houvesse suspeita de que terroristas estivessem atuando em seus territórios. “A extensão do direito de legítima defesa contra terroristas no exterior atende aos interesses dos EUA” (BYERS, 2010, p. 84). Já houve outras tentativas de estabelecer o direito de legítima defesa contra o terrorismo, que não surtiram efeito internacional. Contudo, após os atentados de 11 de setembro de 2001 esse objetivo tornou-se mais propício e os EUA souberam aproveitar. Como consequência aos atentados de 11 de setembro toda a comunidade internacional demonstrou o seu apoio e sentimentos aos EUA.

No dia 12 de setembro de 2001, dia seguinte ao ato terrorista, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>11</sup> já apresenta a Resolução 1368. A qual condenaria veementemente aqueles ataques terroristas e deixaria claro que esse ato, assim como quaisquer outros atos terroristas internacionais, representa uma ameaça a segurança e a paz mundial. Nessa mesma data, a Organização do Tratado do Atlântico Norte

---

<sup>11</sup> Organização criada no pós-guerra e que tem como principal objetivo garantir a paz no mundo. Com sede em Nova Iorque, atualmente, a ONU conta com 192 Estados membros.

(OTAN)<sup>12</sup> aplica o previsto no artigo V de seu tratado pela primeira vez na história. Esse artigo prevê que em caso de um estado membro sofrer um ataque armado é considerado como um ataque a todos os demais Estados membros dessa organização. Dessa forma, é reconhecido direito à legítima defesa individual e coletiva, conforme descrito no artigo 51 da Carta da ONU. Destarte, as organizações OTAN e ONU apresentam todo seu esforço e apoio para ajudar os EUA no que fosse necessário, incluindo o uso da força militar, para restaurar e manter a segurança de seu território.

No dia 18 de setembro de 2001, o Congresso norte-americano aprovou uma resolução, que autorizava ao Presidente da República a usar toda força que fosse necessária e apropriada contra qualquer organização, Estado, ou indivíduo que estivessem envolvidos, diretamente ou não, aos ataques terroristas ou mesmo abrigaram essas organizações ou pessoas. Todos esses procedimentos que foram rapidamente criados pelo governo dos EUA, como forma enérgica de responder aos atentados terroristas, transformaram-se na denominada Doutrina Bush. Esta doutrina tem a seguinte ideia principal: “se você abriga um terrorista, você é um terrorista; se você ajudar e instigar terroristas, você é um terrorista — e então será tratado como tal” (RAI, 2003, p. 67). Tal temática da Doutrina Bush será melhor apresentada com maior detalhamento, abordando toda a sua evolução, seus interesses e como ela mudou a relações internacionais e suas consequências.

Duas operações foram proeminentes no combate dos EUA contra o terrorismo internacional. No dia 25 de setembro de 2001, por ocasião do pronunciamento no Pentágono, o Secretário de Defesa norte-americano tornou público que a guerra ao terror teria a denominação de operação *Enduring Freedom* (OEF), ou seja, Operação Liberdade Duradoura<sup>13</sup>. Os EUA rapidamente prepararam-se para a execução de operações militares

---

<sup>12</sup> Sigla para Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma aliança político-militar criada no dia 4 de abril de 1949, durante a Guerra Fria, que reunia Estados ocidentais e capitalistas, liderados pelos EUA.

<sup>13</sup> OS EUA definiram como Operação Liberdade Duradoura sua campanha militar em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro ao Estado.

como consequência de sua determinação pela guerra mundial ao terror. Num primeiro momento seria investido ações contra o Afeganistão e posteriormente contra o Iraque, na operação *Iraqi Freedom* (OIF) ou Operação Liberdade do Iraque<sup>14</sup>. As duas operações tinham como embasamento o combate ao terror, mas nem sempre as justificativas para que fossem executadas mostraram-se verdadeiras.

No dia 7 de outubro de 2001, em uma carta encaminhada ao presidente do Conselho de Segurança, o embaixador dos EUA nas Nações Unidas, John Negroponte, destaca a necessidade de seu Estado realizar as ações acima citadas contra os campos de treinamentos terroristas e edificações do regime Talibã no Afeganistão. Os ataques terroristas cometidos pela organização Al-Qaeda representam a ameaça aos EUA e a seus cidadãos. A causa dos ataques seria a determinação dos regimes dos talibãs de permitir que as localidades controladas por eles no Afeganistão fossem utilizadas por esta organização como base de treinamento e operações. Mesmo diante do grande empenho dos EUA e da comunidade internacional, o regime dos talibãs não se demonstrou inclinado a mudar sua política. Byers (2007, p. 87) afirma que a Al-Qaeda, a partir do território do Afeganistão, ainda faz treinamentos e apoiam seus agentes do terrorismo, que atacam pessoas inocentes em todo o mundo e visam cidadãos e interesses norte-americanos nos EUA e no exterior.

Dentro do contexto apresentado, os EUA, vítima de um terrível atentado terrorista contra seu território, apegou-se ao inerente direito de legítima defesa e buscou, com seu poder político e diplomático, o respaldo legal necessário para o uso da força contra o Afeganistão. Aproveitando o sentimento de repúdio internacional ao terrorismo, conseguiu a emissão em tempo ágil das Resoluções 1368 e 1378 do Conselho de Segurança da ONU (SOUZA, 2008,p. 114 e 122, que reconheciam o direito de legítima defesa contra o terrorismo e possibilitava o

---

<sup>14</sup>Ou Guerra do Iraque, como foi denominada a operação militar em que a coalizão militar multinacional encabeçada pelos EUA e Reino Unido, amparadas por contingentes da Austrália, Dinamarca e Polônia, invadiram o Iraque no ano de 2003.

uso de todos os meios necessários, inclusive a força. De maneira que perante o Direito Internacional, as ações militares contra o Talibã no Afeganistão estivessem legalizadas.

Nessa guerra global contra o terror, resta saber ou determinar qual é o conceito internacionalmente aceito de terrorismo. Sobre esse tema, uma documentação oficial norte-americana conceitua-o como sendo “o uso deliberado da violência e da ameaça de violência para alcançar metas quer sejam políticas, religiosas ou ideológicas, em sua natureza, por meio de intimidação, coerção, ou insuflando o medo” (CHOMSKY, 2003, p. 65). Noam Chomsky mostra com tal conceito, que os EUA já teria sido autor de diversos atos terroristas e em muitos outros casos, teria sido complacente com semelhantes atos terroristas de aliados políticos internacionais.

Chomsky cita o exemplo do caso da Nicarágua, afirmando que “ninguém teria apoiado um bombardeio da Nicarágua sobre Washington, quando os EUA rejeitaram a ordem da Corte Internacional de Justiça de pôr fim a sua utilização ilegal da força naquele Estado” (CHOMSKY, 2003, p. 68). O autor ainda destaca que antes do 11 de setembro de 2001 seria difícil encontrar aceitação para uma doutrina que teria bombardeio maciço como resposta aos terroristas. A incoerência entre as atitudes históricas dos EUA e a reação militar norte-americana, após os atentados terroristas de 11 de setembro, é evidenciada na seguinte declaração do escritor uruguaio Eduardo Galeano (apud CHOMSKY, 2003, p. 75): “os EUA clamam contra o terrorismo, mas na verdade o apoiam por todo o mundo”.

Além da falta de coerência das atitudes da política externa, Chomsky observa que os bombardeios dos EUA ao Afeganistão estão causando um grande sofrimento a um povo que já estava combalido. Essa situação imposta ao povo afegão tem suscitando protestos das organizações humanitárias e, inclusive, de pessoas que perderam seus parentes no atentado terrorista de 11 de setembro. Segundo Millan Rai (2007), a professora Robim Theurkauf, que teve o marido assassinado na tragédia do World Trade Center, tem a opinião que a guerra do



Afeganistão é uma retórica de guerra. Não desejava viúvas e crianças órfãs, pois as únicas consequências disso seriam mais represálias. Sendo vítima dessa violência o que ela deseja é que jamais outra pessoa passasse por isso. Ela afirma que bombardear o Afeganistão hoje não evitaria a tragédia de amanhã. Dessa forma, devemos olhar para além das opções militares se desejarmos soluções duradouras. Vários parentes das vítimas dos ataques de 11 de setembro posicionaram-se contra essa guerra. Eles formaram uma associação denominada *September 11th Families for Peaceful Tomorrows*.

Segundo Martha Crenshaw (2010), os ex-presidentes norte-americanos Bill Clinton e George W. Bush já haviam falado sobre opções alternativas para interromper o apoio que o Talibã fornecia para bin Laden. Ou seja, a guerra no Afeganistão não era o último nem o único recurso, mesmo assim foi a opção que os EUA escolheram. Depois iniciou-se a campanha militar em outubro de 2001, que se seguiria de solicitações ao talibã para que entregasse bin Laden, porém não foram concedidas. Segundo Martha Crenshaw (2010), a política externa do EUA possui um padrão diante dos problemas, implicando talvez tenha sido inevitável que com um único golpe terrorista pudesse ocasionar uma mudança estrutural nas políticas governamentais daquele Estado.

Crenshaw (2010) ainda faz analogias com os efeitos dos atentados de 11 de setembro com o ataque japonês a Pearl Harbor, em 07 de dezembro de 1941, quando poucos dias depois, os EUA declararam guerra. Da mesma forma aconteceu quando o governo norte-americano, logo após a queda das torres gêmeas, declarou guerra ao terrorismo. A provável alternativa à essa estratégia seria um posicionamento ofensivo ou assumir uma derrota, no entanto, a metáfora da guerra já havia sido usada para resolver outros problemas como as drogas<sup>15</sup> e ao crime.

---

<sup>15</sup>É um termo comumente aplicado a uma campanha, liderada pelos EUA, de proibição de drogas, ajuda militar e intervenção militar,<sup>[5]</sup> com o intuito de definir e reduzir o comércio ilegal de drogas.

### 3.1 OBJETIVOS DE GUERRA DOS EUA

Os objetivos políticos dos EUA são muitos, os quais estão por trás da cortina da guerra ao terror. Segundo Francisco da Silva e Daniel Chaves (2010), em 2003, a invasão ao Iraque foi o início de um longo conflito que ocorreu no contexto da Guerra Global contra o terrorismo. De acordo com Mearsheimer (2007), as principais causas da guerra estão na própria arquitetura do sistema internacional. A característica mais influente é a quantidade de grandes potências e o tamanho do poder de cada uma delas.

As relações dos poderes de cada um dos Estados afetam a estabilidade do sistema. Ao verificar-se uma desproporção de poder para um dos lados, o estado mais poderoso seria o hegemônico potencial. Na primeira década do século XXI, conforme escrito por Michael Byers (2007), os EUA detinham mais poder que qualquer outra organização política. Além disso, o seu poderio militar tinha condições de vencer conflitos com perdas mínimas, isso somado ao sua constante evolução em tecnologia militar, o fim da Guerra Fria transformou os EUA numa superpotência sem rivais. Em paralelo, as corporações constituem dominância econômica em todos os continentes. Um Estado poderoso como os EUA tem muitas articulações e influência, mesmo depois de atingido por um golpe como o de 11 de setembro de 2001. Nos primeiros meses de 2001, Bush rejeitou publicamente o Tratado de Mísseis Antibalísticos, o Protocolo de Kioto e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Os EUA forjaram alianças com Quirquístão, Tadjiquístão e Uzbequístão, Estados cujos regimes não são liberais: “o presidente Bush e seus colaboradores mostravam-se deliberadamente fora de sintonia com a maior parte do mundo ocidental (BYERS, 2007, p. 188). Estados com mais poderes, cada um na sua época, sempre moldaram o sistema internacional conforme os seus interesses. No século XVI, a Espanha reelaborou conceitos de justiça para realizar opressão aos indígenas norte-americanos. Dois séculos depois, a França

criou conceitos de fronteiras de acordo com seus interesses no continente europeu. Já no século XIX, a Grã-Bretanha realizou o mesmo feito nas questões do colonialismo. De forma que os EUA de Bush não agiram de forma diferente. Quando seus assessores tiraram vantagem da situação do 11 de setembro, alcançando metas que, em condições normais, não seriam possíveis.

Gilberto Dupas (2003, p. 16) levanta a ideia de que nações hegemônicas defendem teses que favorecem a si próprio, deixando em segundo plano os interesses dos demais Estados do sistema internacional. Ainda segundo Dupas, esse exercício da hegemonia de alguma forma interessa aos demais Estados, pois caso o poder não fosse exercido desse modo ele poderia ser substituído pela coerção, e esse é o perigo que o mundo pode correr caso não haja a questão do papel hegemônico. Portanto, o Estado hegemônico conduz o sistema internacional a um caminho desejado por ele, mas é percebido como se buscasse o interesse geral. Para Mearsheimer (2007), a política internacional norte-americana tem como objetivo a contínua posição de Estado hegemônico.

Conforme documento de planejamento do Pentágono, que foi para a imprensa em 1992, após a Guerra Fria, os políticos norte-americanos permanecem no objetivo de impedir a ressurgência de um novo rival, além de que a estratégia dos EUA devia ser impedir a ascensão de qualquer outro Estado como competidor global. Para conseguir tais objetivos os EUA enviam tropas para áreas onde existia nas proximidades um estado hegemônico potencial que as potências locais não tinham por si só capacidade de conter.

De acordo com Adriana Iop Bellintani e Mauro Bellintani (2014), o sociólogo francês, Raymond Aron afirma que ao estudar as relações internacionais, devemos considerar as articulações diplomático-militares existentes nas relações de poder, pois essas articulações são inseridas no centro da vida política, tornando-se elementos primordiais à política interna e externa de todos os Estados. “O cenário internacional é composto por Estados que se situam

em diferentes escalas de poder ou potencial, o que acarreta maiores ou menor poder de coação frente aos conflitos em âmbito interestatal” (BELLINTANI; BELLINTANI, 2014, p. 77). Aron ainda destaca que dentro do Estado, a força militar, a política e os meios econômicos estão interligados e são os propulsores da força da política, e acrescenta por meio de cada um deles chega-se aos diversos níveis de poder.

Os objetivos são dinâmicos, pois conforme Tim Marshall (2015), os EUA estariam tornando-se autossuficiente não só em energia, mas também exportadores, significando que o foco na região do Golfo devido ao fluxo de petróleo e gás ficaria menor, mantendo outros interesses estratégicos. A quinta Frota norte-americana, que é responsável pelas forças navais no Golfo Pérsico até a costa leste da África até o sul do Quênia, estaria se preparando para se afastar de Bahrein<sup>16</sup>. Pois, segundo Marshall (2015), eles não querem sair ainda, mas se o fornecimento de energia daquela área não estiverem mais nos objetivos dos EUA, a opinião pública e o Congresso norte-americanos irão questionar sobre a necessidade da sua permanência.

---

<sup>16</sup>Estado insular do Golfo Pérsico, com fronteiras marítimas com o Irão, Catar e Arábia Saudita. A capital é Manama.

## 4 A GUERRA AO TERROR

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, houve a necessidade de mudanças na estratégia da política externa norte-americana. Porquanto novos posicionamentos por parte daquele governo deveriam surgir para que não ocorresse mais atentados terroristas dessas proporções. Uma questão levantada pelo governo norte-americano foi a guerra ao terrorismo. Mas o que seria a Guerra ao Terror?

Noam Chomsky (2003) alega que “partilha do sentimento” sobre a “guerra contra o terrorismo”, descrita em altos escalões como a luta contra uma praga, contra um câncer disseminado por bárbaros, por “opositores depravados da própria civilização”. Há 20 anos, o então presidente Reagan assumiu o poder declarando que a guerra ao terrorismo internacional seria o norte da política norte-americana. Michael Byers (2007) compartilha da mesma ideia de que a equipe de Bush, sob muitas características, era uma cópia do segundo governo Reagan, unilateralista. Tentando estabelecer os lados do bem e do mal, reivindicando direitos excepcionais e invocando a ameaça terrorista para justificar esses atos. No dia 14 de setembro de 2001 o presidente Bush fez as seguintes declarações:

Apenas três dias se passaram desde esses acontecimentos, e os americanos ainda não têm perspectiva histórica. Mas nossa responsabilidade para com a história já é clara: responder a esses ataques e livrar o mundo do mal. A Guerra foi declarada contra nós usando meios furtivos, traiçoeiros e assassinos. Este Estado é pacífica, porém feroz quando é provocada. O conflito começou no tempo e nos termos determinados por outros. E irá terminar do modo e na hora de nossa escolha (BUSH, 2001).

O período logo após o ataque às torres gêmeas em Nova York foi marcado pelo surgimento de uma série de ações por parte do governo de George W. Bush. Conforme alegado, o objetivo principal seria a proteção do sistema democrático norte-americano. À medida que pregava nas mídias em geral que a forma de atingir esse objetivo era pela punição e aniquilação dos responsáveis pelos atentados e para tal precisavam agir com presteza. Nesse

contexto, o então presidente passou a referir-se aos Estados cujo regime instituído não era a democracia, como integrantes do “Eixo do Mal”<sup>17</sup> e nomear-se responsável por levar aos mesmos “a luz” do regime democrático. Irã, Iraque e Coréia do Norte foram identificados como integrantes do “Eixo do Mal” em 2002, por George W. Bush. Foi esse sentimento que passou a justificar algumas ações por parte do governo as quais, normalmente seriam caracterizadas como ilegais pela comunidade internacional. Para João Ricardo W. Dornelles (2003, p. 14), o episódio do dia 11 de setembro “serviu como uma luva aos interesses da aliança de poder que governa os EUA e aos planos ocupação militar da Ásia Central e do Golfo Pérsico”.

Por conseguinte, foi através de um discurso sob um manto de “em prol da humanidade e da proteção da democracia”, que os EUA passaram a ter o apoio da população. A qual, por sua vez, acreditava que o uso da força pelo governo contra esses indivíduos, seria a única forma de se defender do “mal” que os ameaçava. A questão é que a partir do momento em que esse sentimento se torna universal, o uso da força contra certos Estados bem como a intervenção, passam a ser legitimados e aceitos, inclusive, pela comunidade internacional, que anteriormente teria condenado tais ações. Uma vez que elas mesmas, para serem realizadas, normalmente envolvem sérias violações a direitos humanos.

Os atentados terroristas em 11 de Setembro de 2001 marcaram o início da grande mudança em resposta a esses ataques do que seria posteriormente chamado de Guerra ao Terror. Denominação pelo governo do então presidente norte-americano George W. Bush ao conflito contra a organização terrorista transnacional Al-Qaeda e aos Estados considerados patrocinadores do terrorismo internacional. ONGs e órgãos da ONU foram cruciais para que pudesse se tornar público os métodos questionáveis de captura, interrogatório e julgamento adotados pelos agentes da Coalizão da Operação Liberdade do Iraque. A campanha para que

---

<sup>17</sup>Termo utilizado por George W. Bush, em seu discurso anual no Congresso norte-americano em 2002, para se referir a três Estados (“Estados vilões”) que constituíam uma grave ameaça ao mundo e à segurança dos EUA: Coréia do Norte, Irã e Iraque.

mesmo no combate ao terrorismo internacional fossem seguidas as regras do direito internacional teve peso. Quando o então senador Barack Obama, candidato à presidência norte-americana em 2008, assumiu a retirada dos prisioneiros de guerra da prisão de Guantánamo, além da retirada das tropas do Iraque.

Em 1979, no Oriente Médio, cercados de tantos acontecimentos da Guerra Fria, Reza Pahlevi, o ditador pró-Occidente, foi derrubado pela Revolução Iraniana<sup>18</sup>, enquanto Khomeini o substituiu e logo nacionaliza as reservas petrolíferas nacionais. É dentro desse contexto que os EUA fornecem armamentos ao presidente do Iraque, o ditador Saddam Hussein, na guerra ao Irã de cunho fronteiro. A Guerra Irã-Iraque (1980-88) foi um conflito ocorrido sob uma secular rivalidade que culminou em guerra atrelada a desentendimento histórico árabe-persa pelo controle das terras férteis da Planície da Mesopotâmia. Em paralelo a esse conflito surge o escândalo, com envolvimento do presidente norte-americano Ronald Reagan e o seu vice, George H. W. Bush (Bush pai), o qual iria ser conhecido por “Irã-Contras”.

No mesmo ano de 1979, a URSS invade o território do Afeganistão. Na versão oficial, apoiado por outros Estados, os EUA armam e realizam treinamentos de métodos para tortura com os “mujahidin” (“combatentes” em árabe, ou também denominados “senhores da guerra”) — estes que futuramente comporiam o Taliban e a Aliança do Norte. Entre esses homens treinados pela CIA estaria Osama bin Laden, que seria o em alguns anos o criador e líder da rede terrorista Al-Qaeda.

Anos depois o então funcionário do Conselho Nacional de Segurança dos EUA (nos anos de 1977-81), Zbigniew Brzezinski relata ao diário francês *Le Nouvel Observateur*, sobre algumas conversas que teve com o presidente Jimmy Carter. Alertando sobre os possíveis perigos da atuação da política norte-americana no Afeganistão que conduziriam à invasão soviética e geraria um verdadeiro caos no governo afegão. As plantações de ópio,

---

<sup>18</sup>Ocorrida em 1979, transformou o Irã, até então uma monarquia autocrática pró-Occidente comandada pelo Xá Mohammad Reza Pahlevi, em uma república islâmica teocrática sob o comando do aiatolá Ruhollah Khomeini.

matéria prima da heroína, no Afeganistão, crescem muito nesse período, chegando ao ponto de se tornarem as maiores de todos os tempos naquele Estado. Cabe aqui ressaltar que a sociedade norte-americana é uma das maiores consumidoras de drogas mundial.

Enquanto isso Ronald Reagan, envolvido no escândalo Irã-Contras, veio a público elogiar os mujahidin afegãos, comparando-os com os “pais da fundação” dos EUA “por seu bravo comprometimento com a liberdade”. Como reflexo a Al-Qaeda, nos anos 80 bin Laden cria uma organização formada por mujahidin, que utilizariam a força para poderem implantar Estados teocráticos na região árabe, no Afeganistão. Em 2000, George W. Bush conquista o seu primeiro mandato presidencial dos EUA, com programas de governo voltados para solução militares, com foco especial na região do Oriente Médio. Tais programas são apresentados no *Project for the New American Century* (Projeto para um Novo Século Norte-Americano).

A equipe de governo de Bush era formada por quase todos os mesmos integrantes da equipe do seu pai. O que implica que os idealizadores da “Guerra ao Terror” seriam os mesmos da resistência afegã (talibãs)<sup>19</sup> contra os soviéticos, e da Guerra do Golfo contra o Iraque em 1991. Assim no primeiro ano, Bush, estaria seriamente envolvido em escândalos de corrupção, prejudicando suas relações político-comerciais com a empresa Enron<sup>20</sup>. Mais um fato do governo de George Bush que atenta à ética é de que em setembro de 2001 o seu governo tinha relações econômicas com os talibãs e até com o próprio Osama bin Laden, discutindo sobre negócios petrolíferos. Em 11 de setembro de 2001, Bush foi a público e responsabilizou totalmente a Al-Qaeda pelos ataques, deixando claro a guerra com o Afeganistão em discurso que evidenciava uma luta ideológica do bem contra o mal.

A Coreia do Norte e Israel são dois Estados que possuem armamento nuclear, contudo

---

<sup>19</sup>É um movimento fundamentalista islâmico nacionalista que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão.

<sup>20</sup>Empresa de energia dos EUA envolvida em escândalos, descobriu-se em 2001 que ela usava lacunas contábeis para esconder bilhões de dólares de dívidas que não poderiam ser cobradas, e enquanto isso a mesma empresa inflacionava os seus ganhos.



os EUA não manifestam desejo em intervir devido a essa possível ameaça. Visto que a região da Coreia do Norte não é rica em petróleo e Israel é aliado político dos EUA, desmotivando o interesse em conflitos armados com os Estados em questão. As invasões ao Afeganistão e ao Iraque seriam um retrocesso do sistema internacional, desde o Tratado de Paz de Westfália<sup>21</sup>. Assim, nota-se que as promessas de Bush de libertar o Afeganistão da opressão, não se concretizariam.

Os EUA seguiam sem cumprir Convenção de Haia de 1907. Diversas organizações internacionais condenam a postura do governo norte-americano, mas este não responde por seus atos mais uma vez e a comunidade internacional parece preferir cerrar os olhos frente a alguma atitude legal. O ano de 2004 foi o auge da “Guerra Santa”, quando Bush se reelege, mesmo estando envolvido em escândalos de fraude eleitoral. Muitos norte-americanos não apoiavam a invasão no território do Iraque e não estavam convencidos dos resultados da empreitada no Afeganistão. A campanha militar em relação a guerra ao terror internacional pretendia usar o lado emotivo dos eleitores.

Em 2009, Bush termina seu mandato com umas das piores aprovações populares da história. Uma vez que no Iraque nunca foram encontradas bombas de destruição massiva, nem ligação de Saddam Hussein à Al-Qaeda, dando razão à ONU. No Iraque, o caos instala-se de forma maior do que na ditadura de Saddam Hussein, a exemplo do Afeganistão, que nos dois casos Bush prometeu libertar. A mídia justificou a expansão militar dos EUA no mundo. A desinformação trata de impor ao pensamento mundial a nova escusa oficial governo de Washington, baseada em manipulação. Desse modo, mantém-se necessidade de se possuir inimigos justificando a expansão de suas bases militares, especialmente em regiões ricas em petróleo.

---

<sup>21</sup> A chamada Paz de Westfália (ou de Vestefália, ou ainda Vestfália), também conhecida como os Tratados de Münster e Osnabruque (ambas as cidades atualmente na Alemanha), designa uma série de tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos e também reconheceram oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. A Paz de Westphalia estabeleceu os princípios que caracterizam o estado moderno, destacando-se a soberania, a igualdade jurídica entre os estados, a territorialidade e a não intervenção.

Em maio de 2011, Osama bin Laden é assassinado no território do Paquistão, onde forças especiais dos EUA executam sumariamente um cidadão, sem julgamento algum por órgão competente e sem a permissão daquele governo. Ademais, a causa seria a acusação de ter sido mentor do 11 de setembro, sem nenhuma evidência clara, indo totalmente de encontro com o direito internacional. Com esses feitos, os EUA colocam-se acima do direito e da lei. O fim da “Guerra ao Terror” seria também o término das ações da superpotência mundial imperialista de seguir na tentativa de dominar a região mais rica em petróleo do mundo. Essa realidade conclui as políticas expansionistas dos EUA, especialmente no Oriente Médio, com interesses econômicos.

#### **4.1 FATOS ANTECEDENTES À DOCTRINA BUSH**

Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva (2002/2003), quando comparada às doutrinas estavam em vigor durante a Guerra Fria, por exemplo, a Truman e a Eisenhower, a Doutrina Bush tem como diferença a ideia de antecipação; enquanto as doutrinas atuantes durante a Guerra Fria traziam os conceitos de contenção e de dissuasão. No entanto, o documento sobre a estratégia política de defesa que Bush filho enviou para o Congresso era quase idêntico ao formulado pela equipe que estava a serviço de seu pai.

A equipe tentou colocar em funcionamento uma posição unilateralista dos EUA com prevenção a ataques terroristas como política de Estado. O grupo do governo de George H. Bush manteve-se ativo também nos mandatos de Bill Clinton com relação à formulação da política de defesa daquele governo. Paul Wolfowitz, que foi subsecretário de Defesa do governo Bush pai e foi secretário adjunto de Defesa de Bush filho, conseguiu incluir no *Defense Planning Guidance*<sup>22</sup> (DPG), para os anos fiscais de 1994-1999, o objetivo de que os EUA devem estar prontos para prevenir militarmente ataques químicos ou biológicos e

---

<sup>22</sup>É a versão inicial da Orientação de Planejamento da Defesa para os anos fiscais de 1994-1999, publicada pelo subsecretário de Defesa para a política de Paul Wolfowitz.

nucleares, além de punir possíveis agressores. No DPG está também apresentada a necessidade de criar na opinião pública norte-americana de que os EUA defendem a ordem mundial. O DPG não se tornou um guia para a política dos EUA por causa da vitória de Bill Clinton. Ademais, na década de 1990 não havia fatos que justificassem implementá-la, entretanto, os atentados de 11 de setembro de 2001 alteraram essa percepção. Conforme escrevem Adriana Iop Bellintani e Mauro Bellintani (2014), após os atentados, os EUA colocaram o peso sobre o sistema internacional, lançando sua campanha antiterrorista justificando suas ações militares e desobediência à própria ONU.

Após a destruição das torres do *World Trade Center*<sup>23</sup>, Carlos Eduardo Lins da Silva (2002/2003) detalha que Paul Wolfowitz apresentou a argumentação de que deveria haver um ataque unilateral e preventivo contra o Iraque. O argumento utilizado seria de que o atentado havia vínculos entre Saddam Hussein e Osama bin Laden. O presidente Bush não aprovou a proposta a princípio, mas em um discurso em janeiro de 2002, a sua doutrina já apontava estar com formulação avançada. Bush menciona o Eixo do Mal e afirma que não esperaria eventos para prevenir contra uso de armas de destruição em massa.

## **4.2 DOCTRINA BUSH**

Os atentados de 11 setembro de 2001 representaram uma possibilidade de mudanças para a equipe política neoconservadora dos EUA, que buscava reengajamento norte-americano na comunidade internacional. Esse evento identificou novos inimigos, que Bush rotulou como Eixo do Mal, substituindo os comunistas derrotados com o fim da Guerra Fria. Segundo Glauco Batista e Cristina Pecequilo (2009), a Doutrina Bush implanta uma nova tática na política externa norte-americana para se adaptar a um novo cenário. Lançada pela Estratégia de Segurança Nacional de setembro de 2002, esta doutrina ainda busca a

---

<sup>23</sup>Centro comercial localizado em Nova York, caracterizado pelas “Torres Gêmeas”, foi inaugurado em 04 de abril de 1973 com 110 andares, e destruído durante os ataques de 11 de setembro de 2001.

promoção dos tradicionais ideais da República, agora o faz por meios militares e unilaterais.

Desse modo, a Doutrina Bush prescreve o uso de intervenções militares contra nações que colocam em risco a liberdade e os interesses norte-americanos, principalmente através de ataques antecipados, com o uso de ações preventivas e preemptivas. Os objetivos eram combater o terrorismo e manter a estabilidade da ordem internacional com o crescimento da democracia via mudança de regime nos Estados considerados inimigos, conforme foi buscado na intervenção no Iraque a partir de maio de 2003. Segundo o próprio Bush, os EUA são os defensores da paz, que tirariam proveito dessa oportunidade para preservá-la. Na ocasião, a comunidade internacional tem a chance de erguer um mundo onde os Estados podem competir em paz e não se prepararem para a guerra, pois todos estariam do mesmo lado, contra o terrorismo.

Bush continuava reforçando a ideia da oportunidade desse momento para aumentar os benefícios da liberdade para todos os Estados. Assim, age para enaltecer a democracia e também enfatiza os benefícios do mercado livre, que demonstrou auxiliar muitas sociedades a saírem da pobreza. Utilizando o direito de intervir militarmente para promover a democracia estabelecido na Carta da ONU, Bush e Tony Blair declararam a ideia de levar democracia e liberdade para o Oriente médio. Michael Byers (2007) reitera que por trás disso estava uma justificativa para a guerra. Porém, esse argumento da democracia apenas seria utilizado quando não conseguiram encontrar as supostas armas de destruição em massa. Como a alegação não foi apresentada logo no início da invasão ao Iraque, tal fato seria uma indicação que não havia convicção nos atos dos EUA.

O 11 de Setembro teria como efeito imediato a criação de condições políticas, tanto internas quanto externas de uma retomada do projeto de reafirmação hegemônica iniciado em 1992, que foi o ano seguinte à oficialização do fim da Guerra Fria. Se houve uma reação negativa à estratégia da primazia na época, infelizmente, dez anos depois, a primazia é

reapresentada com novo nome e promovida ao status de doutrina oficial de Estado. Dessa vez, no entanto, ela encontra um ambiente mais receptivo a sua legitimação e implementação. A estratégia da primazia, tão mal recebida e criticada no início da década de 90, encontraria solo fértil a partir de 2001.

A partir da análise dessa nova estratégia, iremos identificar cinco ideias essenciais que sustentaram a fundamentação da nova ação estratégica política norte-americana, segundo Erica Simone (2006): a redefinição da geografia da segurança nacional; o estabelecimento de uma relação entre poder e princípios; a reavaliação das necessidades de segurança interna e internacional; a definição de um conceito norte-americano de multilateralismo e, finalmente, a mudança de percepção temporal quanto às ameaças, assim justificando a ação preventiva.

Os EUA formulam um novo documento estratégico que tem base no que se é convencionalizado nos estudos do realismo internacional de Hans Morgenthau<sup>24</sup>. O qual foi atualizado nos últimos anos do século passado pelo ‘realismo ofensivo’<sup>25</sup> de John Mearsheimer<sup>26</sup>. Na prática esse documento norte-americano representa uma ruptura das relações internacionais dos EUA do século XX, também pela geração de incertezas com relação ao o que seria a partir de então dos EUA e do sistema internacional.

A doutrina em questão possui seus principais objetivos estratégicos norte-americanos, conforme citado por José Luís da Costa Fiori no seu artigo “Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos EUA”, publicado em 2018: prover proteção ao povo norte-americano assim como ao seu modo de vida, ajudar no desenvolvimento da prosperidade econômica e também da manutenção da liderança tecnológica norte-americana, preservar a paz mundial entre as nações por meio da força e avançar com a prestígio global dos EUA.

---

<sup>24</sup>Hans Joachim Morgenthau (1904-1980) foi um pioneiro no campo de estudos da teoria das relações internacionais. É considerado um dos principais pensadores contemporâneos da corrente realista.

<sup>25</sup>Nas Relações Internacionais, o realismo ofensivo é uma variante do realismo político. Como o realismo, o realismo ofensivo diz respeito aos Estados como os principais atores nas relações internacionais. No entanto, o realismo ofensivo adiciona várias hipóteses ao quadro do realismo estrutural.

<sup>26</sup>John J. Mearsheimer é professor de ciência política e teórico das relações internacionais norte-americano ligado à Universidade de Chicago, conhecido por seu livro *A Tragédia da Política das Grandes Potências* lançado em 2001, sobre o realismo ofensivo.

Porém, o que se observa como grande mudança que viria com a Doutrina Bush, em relação à novo posicionamento dos EUA com relação à sua estratégia de segurança nacional, não está nos itens acima citados. Essa mudança está contida no documento que define as suas premissas e definições fundamentais, estas apresentadas como algo trivial ou consensual, quando de fato não são, pelo menos na tradição norte-americana. De forma resumida José Luís da Costa Fiori (2018, p. 66) listou no seu artigo as principais bases que virão a sustentar essa nova visão do mundo da política externa internacional norte-americana:

a) Não será interpretado a ideia de que o sistema internacional seria como um “lugar de uma luta global” entre o ‘bem’ e o ‘mal’, e o redefinem como um lugar de disputa permanente pela conquista de poder.

b) Os valores norte-americanos não possuem um valor universal e nada pode assegurar ‘vitória final’ dos desses valores, em um mundo onde cada um dos mais diferentes povos têm sua própria cultura e seus valores éticos particulares, assim os EUA reconhecem que não existem ‘valores universais’ da humanidade e desistem do projeto “messiânico” de converter todos com aos ‘valores éticos ocidentais’.

c) Os EUA deixam bem claro que iriam competir com todos os Estados do sistema internacional com base nos seus interesses nacionais, sendo assim não é o interesse principal uma hegemonia ética e cultural, e estariam dispostos a usarem armas no enfrentamento de ameaças aos interesses daquele Estado se necessário.

d) Voltar ao topo da liderança mundial, no que diz respeito do processo de inovação tecnológica, com atenção ao campo da guerra, e assumem seu direito de usar sanções econômicas como instrumentos de guerra.

Essas bases mostram a intenção dos EUA de realizar mudanças e que a partir disso deixariam de lado o seu ‘cosmopolitismo liberal’ e sua ‘utopia globalista’. Algo que perdurou

no século XX, para se converter ao realismo pragmático da velha ‘geopolítica das nações’ inaugurada pela Paz de Westfália, há quase quatro séculos.

O nascimento da chamada Doutrina Bush aconteceu no romper dos primeiros anos do século XXI. Mesmo com os avanços em várias áreas do conhecimento humano no século anterior, o atual século poderia apresentar-se rico em prosperidade. Contudo, nos primeiros anos uma data transformaria o mundo ocidental: 11 de setembro de 2001. Ainda com as lembranças da Guerra Fria, configura-se uma situação ímpar que passa a exigir dos EUA uma urgente reflexão sobre o que seriam as suas propriedades globais.

Nesse sentido, pensar em termos de Estados que alojam os seus “clientes terroristas” implicaria, necessariamente, o retorno à antiga ideia de “terrorismo de Estado”: um Estado que empregaria métodos terroristas em sua expressão política. Apesar da retórica sobre a natureza transnacional e não estatal das novas ameaças, o paradigma tradicional permanece. Os governos têm em geral consciência das consequências perigosas da Doutrina Bush, pois a adoção de legítima defesa em caráter preventivo introduz incertezas nas relações internacionais.

Quem decidiria uma ameaça justificada a ação preventiva? Como se proteger de intervenções militares oportunistas disfarçadas de legítima defesa? Estaríamos dispostos a conceder o mesmo direito ampliado à Índia, Israel e Paquistão? Estados nucleares com históricos de intervenções além fronteira. Como ficaria o princípio de aplicação equitativo do direito consuetudinário internacional? Por isso, os Estados têm se mostrado cautelosos em apoiar a Doutrina Bush, preocupações agravadas pela afirmação da Carta da ONU: “na ausência de um ataque, só o Conselho de Segurança da ONU pode agir”.

O presidente Bush acreditava em poder invocar a extensão do direito de intervenção pois nenhum outro Estado tinha capacidade de retaliar os EUA. Entretanto, no final do ano de 2004, o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança do Secretário-Geral da

ONU apresenta seu parecer a respeito de reivindicações de presidente norte-americano. Caso haja boa fundamentação para ação militar preventiva, mesmo comprovada a questão deve passar pelo Conselho de Segurança da ONU, pois só este tem o poder para autorizar uma iniciativa se assim ele decidir. Visto que, quando se autoriza determinada pessoa a agir é autorizado também a outras pessoas. Essa condenação do governo Bush em relação à reivindicação de legítima defesa contra o terrorismo visava mobilizar e reforçar a oposição internacional de sua doutrina perigosamente desestabilizadora de guerra preventiva.

Houve uma descontinuação da Doutrina Bush, que pregava intervenções militares unilaterais e esse ponto de mudança foi a “Doutrina Obama”<sup>27</sup>. Que seria o documento divulgado da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA no governo de Barack Obama enfatizando a necessidade de agir com apoio de outros Estados assim como de instituições multilaterais, além de sublinhar a importância cada vez maior da diplomacia, em vez do militarismo. Na Doutrina Obama, a luta não é mais contra o terrorismo islâmico, como se definia no governo Bush.

Obama determina de forma mais exata o adversário dos EUA: a Al-Qaeda e seus aliados. “Nosso inimigo não é o terrorismo, porque o terrorismo é uma tática”, disse John Brennan, conselheiro da Casa Branca. Conforme Sandra Cristina da Silva Almendra (2013), com o desgaste de imagem dos EUA provocado pelas opiniões contrárias dos demais Estados na execução da Doutrina Bush, o candidato democrata Barack Obama venceu as eleições presidenciais em 2008. Dessa maneira, criou uma expectativa de mudanças na política externa norte-americana, no entanto, mesmo com a mudança presidencial a posição política mostrou-se próxima da posição de seu antecessor.

---

<sup>27</sup>Doutrina Obama refere-se à forma como foi conduzida a política externa dos EUA ao longo da Presidência de Barack Hussein Obama nos EUA.



## 5 CONCLUSÃO

O propósito dessa dissertação foi responder à seguinte questão: com relação à política estratégica externa dos EUA, durante o primeiro mandato do presidente George W. Bush, houve legitimidade na guerra ao terrorismo na Doutrina Bush? A fim de atingir o referido propósito, a pesquisa foi realizada em três capítulos.

Primeiro, discorremos sobre a dificuldade de uniformizar a definição de terrorismo, mas compreendendo que atualmente ele traz um sentimento comum. Também abordamos o fundamentalismo islâmico e a sua relação com a Al-Qaeda de Osama bin Laden. O islamismo é uma religião, que como todas as outras, pode ser utilizado como forma de manipulação em prol de um discurso. Os muçulmanos têm na sua religião os pilares muito bem definidos, entre os quais está a generosidade para com os mais necessitados. O segundo capítulo foi uma busca pela relação existente entre os EUA e a sua guerra contra o terrorismo internacional. O 11 de setembro de 2001 exigiu atitudes do governo norte-americano, resultando em mudanças profundas. Simultaneamente, houve a percepção de uma oportunidade, que agregada à hegemonia dos EUA, poderia ser o pano de fundo de interesses maiores desse Estado no sistema internacional. No terceiro capítulo, buscamos os elementos da Guerra ao terror que a Doutrina Bush propusera-se a realizar, visando um bem maior para toda a comunidade internacional, ao mesmo tempo que esta preocupava-se com as consequências dessa doutrina.

Portanto, apresentaremos a conclusão do estudo e também a sugestão para pesquisas que poderiam ser realizadas. A seleção da Doutrina Bush relacionada à guerra ao terrorismo como objeto do estudo decorreu do fato de se tratar de uma questão de grande relevância de estudos para desenvolvimento dos conhecimentos de estratégia, que entendemos ser um dos focos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval.

Consideramos como elemento orientador dessa análise a Doutrina Bush e relacionamos as suas articulações políticas com as articulações de outros Estados hegemônicos cada um em sua época. Da mesma forma foi motivadora a percepção de falta de alinhamento entre o que a Doutrina Bush previa e o que estava sendo efetivamente realizado pelo governo dos EUA. Como o que ocorre quando o presidente George W. Bush diz que os Estados devem competir uns com os outros num ambiente de paz e não precisam se prepararem para a guerra, porém o seu Estado é aquele que possui o maior arsenal de guerra de todos, e continua investindo cada vez mais em tecnologia militar.

O terrorismo pode ser compreendido como uma força ou um movimento apátrida, e a articulação política dos EUA o elegeu como um inimigo tangível. Desde o fim da Guerra Fria os EUA não possuíam algo por combater em prol do bem comum de todos. Ou seja, foi vista como uma oportunidade nos atentados terroristas da Al-Qaeda contra os EUA para justificar a implementação do *Defense Planning Guidance*, que já havia sido planejado antes mesmo do governo de George W. Bush. Um Estado pode acusar a organização que o atacou de terrorista. Visto que se nota na atualidade o entendimento comum da opinião pública de que o terrorismo é um vetor ruim. Ou seja, o senso comum é que o terror deve ser combatido por todos, uma conscientização quase mundial e unânime. Este foi o produto final apresentado e vendido pela Doutrina Bush.

Dentro do cenário nacional, foi abordado recentemente no evento Olímpico na cidade do Rio de Janeiro de 2016, que muitos estudos de pesquisa contra o terrorismo, ou a ameaça dela, foram levantados. Era um dever do Estado prover a segurança junto aos organizadores desse evento esportivo, ainda que baseado na remota possibilidade de um atentado terrorista. Mesmo com o *modus operandis* da furtividade, surpresa e, principalmente, a covardia ao público em geral que é utilizada pelo terror que reduzem a efetividade do trabalho árduo e silenciosos dos órgãos públicos para realizarem a segurança. Um ataque terrorista realizado

em uma Olimpíada refletiria mal para o Estado perante a comunidade internacional, anulando o trabalho desenvolvido. Esse é um dos motivos para que eventos como esses, cuja divulgação é de dimensão internacional, sejam alvos de grupos terroristas.

No cenário internacional não é desejável que atitudes de um indivíduo em benefício próprio influencie nas decisões de um Estado hegemônico. Razões religiosas, econômicas e políticas se misturam com o objetivo maior de alcançar o poder. Esses indivíduos, quando em posições sensíveis, podem influenciar diretamente no Sistema Internacional. Quando há alguém na situação que aponta não haver uma retidão de seus atos, fazendo de um governo democrático apenas o palco de seus interesses de se manter no poder, com manobras políticas que custam vidas, não se pode concluir, nem mesmo acreditar, que seus atos perante a verdade tenham legitimidade.

O que é apresentado nesse trabalho sobre os EUA não está unicamente ligado a esse Estado. Uma vez que o mais poderoso irá defender seus interesses em detrimento dos direitos do mais fraco, essa é a natureza do poder, independente de quem estiver no topo, e é mais notória quanto maior for a capacidade de influenciar o sistema internacional. Para finalizar refaçamos a seguinte pergunta: houve legitimidade na guerra ao terror de George W. Bush? A resposta seria não, pois no pontual a essência do ser humano ainda é individualista. De uma maneira geral, nota-se que ainda há influência dessa essência nos governos. O realismo ofensivo descreve isso quando explica que as grandes potências querem maximizar seu poder, com estratégias que têm como objetivo final a supremacia no sistema internacional.

Foram feitas comparações com outros Estados hegemônicos no decorrer da história da humanidade. Realizando brevemente uma comparação com os EUA, utilizando a história registrada para entender o presente. Entretanto, devemos também compreender que não há obrigatoriedade da história se repetir. Recomendamos estudos futuros sobre as demais estratégias das políticas externas de outros Estados e seus objetivos, analisando se

o que está proposto condiz com o que está sendo realizado.

Não podemos encerrar este estudo sem prestar as devidas homenagens e nossos agradecimentos a todos que trabalharam para que as informações a respeito das ações dos governos de todos os Estados pudessem chegar aos conhecimentos do público em geral; pois, como escreveu Michel Foucault (1979, p. 11): “libertar a verdade do sistema de poder não é a questão, pois a própria verdade é o poder”.

As atividades de toda a comunidade global, sempre em sintonia com os seus órgãos internacionais, devem estar suficientemente preparadas para evitarem que qualquer um dos atores no cenário mundial venha a articular os demais de tal maneira que prejudique os elementos do sistema internacional, e principalmente trabalhar pelo bem comum de toda a humanidade.

## REFERÊNCIAS

ALMENDRA, Sandra Cristina da Silva. **A política externa norte-americana de George W. Bush a Barack Obama - uma continuidade na mudança**. 217 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2013.

ALVES, Belmiro José. **Desafios no Século XXI: Terrorismo Islâmico e Crime Organizado**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais com o mundo Árabe e Islâmico) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2010.

BARROS, Rinaldo. “Estupidez do fanatismo religioso”. Publicado por **Ponto de Vista Online**, em 15 de junho de 2016. Disponível em: [encurtador.com.br/iY378](http://encurtador.com.br/iY378). Acesso em: 12 de julho de 2019.

BELLINTANI, Adriana Iop; BELLINTANI, Mauro. **A guerra: do século XIX aos nossos dias**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: A globalização e o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2002.

BURKE, Jason. **Al-Qaeda: A verdadeira história do radicalismo islâmico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

BUSH, Geoge W. “**Leia na íntegra o discurso de Bush no Congresso dos EUA**” Folha de S.Paulo; <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u29639.shtml>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

BYERS, Michael. **A lei da guerra: direito internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CARVALHO, Leandro. “Terrorismo”. Publicado por **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/terrorismo.htm>. Acesso em 13 de julho de 2019.

CHOMSKY, Noam. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CRENSHAW, Martha. “A estratégia contraterrorista dos Estados Unidos”. **Terrorismo & Relações Internacionais**. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes (Org.). Rio de

Janeiro: Edições Loyola, 2010.

DEMANT, Peter Robert. “Terrorismo e globalização: extremização religiosa ou leilão midiático”. **Terrorismo & Relações Internacionais**. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes (Org.). Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2010.

DORNELLES, João Ricardo W. **Guerra Imperial Permanente versus Direitos Humanos**. Artigo apresentado no Seminário “Direitos Humanos - Viena + 10 Desafios e Perspectivas”. Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio, outubro de 2003.

DUPAS, Gilbert. “Fundamentos, contradições e consequências hegemônicas. In: **Política Externa**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 11, n. 3, dez/jan/fev. 2002/2003.

FIORI, José Luís da Costa. “Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos”. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). v. 9, n.1, p 64-80, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOKAL, Shareen; MANZUR, Sandra Dughman. **Religion, Culture And Tradition: Strengthening Efforts to Eradicate Violence Against Women**. Association for Women's Rights in Development (2013). Disponível em: <<http://www.awid.org/AWID-s-Publications/Religious-Fundamentalisms>>. Acesso em Junho 2019.

HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes. “Política, violência e terrorismo(s) nas relações internacionais”. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes. **Terrorismo & Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2010.

HOFFMAN, Florian. “Mudança de paradigma? Sobre direitos humanos e segurança humana no mundo pós - 11 de Setembro”. In: HERZ, Mônica; AMARAL, Arthur Bernardes. **Terrorismo & Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2010.

JUNGMANN, Raul. “Ministro Jungmann fala a rádio jornal sobre segurança terrorismo e olimpíadas”. Disponível em: [encurtador.com.br/cgM37](http://encurtador.com.br/cgM37). Publicado no site do **Ministério de Defesa**, no dia 01 de agosto de 2016. Acesso em: 13 de Julho de 2019.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Editora Gradiva, 2007.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. “A Ásia Oriental solapa o império”. In: **Política Externa**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 11, n. 3, dez/jan/fev. 2002/2003.

RAI, Milan. **Iraque: Plano de Guerra**. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

REIS, Marcus Vinícius. “Terrorismo é tema do I encontro distrital da associação brasileira de estudos de defesa”. Disponível em: [encurtador.com.br/bcmQU](http://encurtador.com.br/bcmQU). Publicado no site do **Ministério de Defesa**, no dia 09 de setembro de 2015. Acesso em: 13 de Julho de 2019.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. “Doutrina Bush foi gerada há dez anos”. In: **Política Externa**. São Paulo: Universidade de São Paulo. v. 11, n. 3, dez/jan/fev. 2002/2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; CHAVES, Daniel Santiago. **Terrorismo na América do Sul. Uma ótica brasileira**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SILVA, Manuel da. **Terrorismo e Guerrilha. Das origens à Al-Qaeda**. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

SOUSA, Rainer Gonçalves. “Xiitas x Sunitas”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/xiitas-x-sunitas.htm>. Acesso em 17 de julho de 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. “Osama Bin Laden”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/osama-bin-laden.htm>. Acesso em 03 de julho de 2019.

SOUZA, Marcus Lobo de, “**Desafios à Ordem Internacional**”. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/160175/Desafios\\_ordem\\_internacional\\_177](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/160175/Desafios_ordem_internacional_177). Acesso em 18 de novembro de 2019.

SPADANO, Lucas Eduardo Freitas do Amaral. **A complexidade do Terrorismo Transnacional Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fronteira, v. 5, n. 3, p.63-81, jun. 2004.

SUTTI, Paulo; RICARDO, Sílvia. **As Diversas Faces do Terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2003.

VEGAR, José. **A Célula e as Fronteiras. Terrorismo Jihadista**. 51 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — Departamento de Sociologia, 2008.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo um Retrato**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.